

**SOLL - SERVIÇOS OBRAS E LOCAÇÕES LTDA
(CONTRATADA)**

(CONTRATADA)

Extrato

Fortaleza, 13 de abril de 2022

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2021/CPL/PGJ, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1A presente alteração está amparada no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, bem como na Cláusula Sétima do contrato em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RENOVAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 O presente aditivo tem por objeto renovar o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 28/06/2022.

2.2 Saliente-se, por oportuno, que fica garantido à empresa o direito à repactuação contratual, com base na convenção coletiva já celebrada e aplicada à categoria envolvida na prestação dos serviços, em atenção à Cláusula quinta do termo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA

3.1 Os serviços objeto do contrato são de natureza contínua e têm sido prestados regularmente pela contratada. A renovação da vigência visa evitar a descontinuidade da execução dos serviços, que traria prejuízos às atividades desenvolvidas pela Administração. A contratada anuiu expressamente com o presente aditamento, nos mesmos termos avençados, mantendo os preços compatíveis com os praticados no mercado, de modo que a continuidade da contratação tornou-se mais vantajosa que a realização de novo procedimento licitatório.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O objeto deste termo aditivo será pago por conta da seguinte dotação orçamentária: 15000000.001.01.03.122.211.20503.0.1.00.0..3.3.90.39. 15. 2. 1

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

5.1 Permanecem em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, e, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento.

Fortaleza, 13 de abril de 2022.

HALEY DE CARVALHO FILHO
ORDENADOR DE DESPESAS (DESIGNADO PELA PORTARIA Nº 709/2022)
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
(CONTRATANTE)

ATITUDE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Relatório de Gestão Fiscal

Fortaleza, 19 de abril de 2022

Republicação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2021, período de janeiro/2021 a dezembro/2021, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Homologação Nº Cham. Público 007/2021

Fortaleza, 19 de abril de 2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Chamamento Público nº 007/2021

O Exmo. Sr. Promotor de Justiça, Dr. Nelson Ricardo Gesteira Monteiro, Ordenador de Despesas, designado pela Portaria nº 0709/2022-SEGE da PGJ-CE, considerando as informações constantes nos autos do PGA nº 09.2021.00024444-9, atestando a regularidade do certame pelo cumprimento de todas as exigências editalícias no procedimento licitatório (Chamamento Público nº 007/2021), cujo objeto é prospecção do mercado imobiliário de RUSAS/CE, com o fito de viabilizar possível futura locação de imóvel para abrigar os seguintes órgãos e unidades ministeriais: 7 (sete) PROMOTORIAS DE JUSTIÇA (3 ambientes – gabinete/apoio/wc privativo membro, sendo o de um dos gabinetes PNE), 1 (uma) SECRETARIA EXECUTIVA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RUSAS, 1 (um) DECON, 1 (um) AUDITÓRIO – 30 pessoas, 1 (uma) SALA DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E DE AUDIÊNCIA, 1 (uma) SALA DE REUNIÕES, 1 (uma) COPA E COZINHA), 1 (um) ARQUIVO, 1 (um) ALMOXARIFADO, 1 (uma) BATERIA DE BANHEIROS PÚBLICOS (masculino/feminino/PNE) e 1 (uma) BATERIA DE BANHEIROS COLETIVOS PRIVATIVA DE MEMBROS E SERVIDORES (masculino/feminino/PNE), 1 (uma) ÁREA TÉCNICA; mediante coleta de propostas técnicas de eventuais interessados que atendam os requisitos mínimos especificados no Edital.

Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo HOMOLOGADO em favor da empresa RESULT CONSTRUÇÕES ERELI (CNPJ 32.697.604/0001-25), cuja proposta foi eleita a que melhor atende aos interesses da Administração a um custo mensal de R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais) e custo final anual de R\$ 250.800,00 (duzentos e cinquenta mil e oitocentos reais), sendo R\$ 38,00 (trinta e oito reais) o valor mensal por metro quadrado.

Ao setor competente para providências cabíveis.

Fortaleza-Ce, 19 de abril de 2022.

NELSON RICARDO GESTEIRA MONTEIRO
ORDENADOR DE DESPESAS
DESIGNADO PELA PORTARIA Nº 0709/2022

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Manuel Pinheiro Freitas
Vice Procuradora-Geral de Justiça
Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves

Corregedor-Geral:
Pedro Casimiro Campos de Oliveira
Secretário-Geral:
Hugo José Lucena de Mendonça

Ouidora-Geral:
Isabel Maria Salustiano Arruda
Porto





ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE 2021
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2021

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art.54, combinado com o Art.55, inciso I alínea "a" e §2º LCnº101,04/05/2000-Lei Responsabilidade Fiscal, torna público o relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Ceará referente ao 3º trimestre de 2021. Fortaleza, 27 de janeiro de 2022.

Repblicado por incorreção

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESCRIÇÃO	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.754.033,10	37.003.074,57	32.999.317,01	30.007.825,38	34.317.970,80	47.831.818,76	34.008.257,59	34.056.294,80	34.435.016,28	36.922.346,53	38.021.942,51	59.705.495,86	453.063.393,19	46.378,92
Pessoal Ativo	28.048.240,88	31.250.292,05	28.137.012,75	28.274.623,94	28.497.253,87	39.175.476,57	28.256.475,68	28.329.623,94	28.742.472,58	31.234.700,95	32.353.376,85	51.222.094,17	383.521.644,23	46.378,92
Vencimentos, Vantagens e Outras Desp Variáveis	22.824.881,19	25.842.996,15	22.751.281,38	22.923.218,89	23.157.315,39	33.842.109,98	22.923.585,40	22.993.882,26	23.386.214,24	25.834.639,43	26.122.464,37	39.750.553,59	312.153.142,27	39.071,60
Obrigações Patronais (*)	5.423.359,69	5.407.295,90	5.385.731,37	5.351.405,05	5.339.938,48	5.333.366,59	5.332.890,28	5.335.741,68	5.356.258,34	5.400.061,52	6.230.912,48	11.471.540,58	71.368.501,96	7.307,32
Pessoal Inativo e Pensionista	5.705.792,22	5.752.782,52	4.862.304,26	1.733.201,44	5.820.716,93	8.666.342,19	5.761.781,91	5.726.670,86	5.692.543,70	5.687.645,58	5.668.565,66	8.483.401,69	69.541.748,96	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.582.856,99	4.335.381,56	4.401.908,35	4.401.957,39	4.403.315,97	6.552.129,28	4.334.380,95	4.314.147,44	4.314.412,49	4.314.725,11	4.314.549,13	4.314.056,70	54.583.821,36	
Pensões (*)	1.122.935,23	1.417.400,96	460.395,91	(2.668.755,95)	1.417.400,96	2.104.212,91	1.417.400,96	1.412.523,42	1.378.131,21	1.372.920,47	1.354.016,53	4.169.344,99	14.957.927,60	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	4.875.466,26	7.363.889,29	4.947.689,21	4.971.818,06	6.351.305,58	9.120.263,39	6.128.202,54	6.080.265,29	6.095.787,78	7.765.376,94	7.764.300,02	13.604.121,85	85.068.486,21	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	74.128,88	46.651,06	146.558,35	230.951,62	211.285,61	170.468,53	148.968,88	150.853,82	277.726,11	145.525,16	1.453.570,47	3.056.688,49	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	292.609,27	251.076,01	223.400,21	198.193,30	205.485,70	182.484,26	135.800,77	134.474,22	166.045,56	1.723.279,16	1.658.509,63	3.536.263,72	8.707.621,81	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	2.703.302,84	99.711,13	69.151,33	94.151,33	70.151,33	70.151,33	70.151,33	86.344,70	76.726,09	291.699,57	130.885,97	3.762.426,95	
(-) Inativos e pensionistas com recursos vinculados	4.582.856,99	4.335.381,56	4.577.926,81	4.557.915,08	5.820.716,93	8.656.342,19	5.751.781,91	5.726.670,86	5.692.543,70	5.687.645,58	5.668.565,66	8.483.401,69	69.541.748,96	
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (III)=(I)+(II)	28.878.566,84	29.639.185,28	28.051.627,80	25.036.007,32	27.966.665,22	38.711.555,37	27.880.055,05	27.976.029,51	28.339.228,50	29.156.969,59	30.257.642,49	46.101.374,01	367.994.906,98	46.378,92
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR												% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.170.813.561,04													
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	1.829.986,00													
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (VI) (art. 166, § 16 da CF)	107.925.219,00													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VII)	25.061.058.356,04													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)	368.041.285,90												1,47%	
LIMITE MÁXIMO (IX) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	501.221.167,12												2,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	476.160.108,76												1,90%	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º d)	451.099.050,41												1,80%	

FONTE: RECEITA - Secretaria da Fazenda do Estado Ceará (SEFAZ) e Tesouro Nacional (<https://https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes>); DESPESA - S2GPR - Sistema de Gestão Governamental por Resultado, SEFIN/MPCE e SEPLAG/CPREV (Inativos), Data da emissão 19/04/2022; 10h.

Notas: (1) Não foram consideradas as despesas com abono de permanência – R\$ 5.161.876,9 (Resolução TCE/CE nº 2582/2009 – DOE 28.12.2009);

Fortaleza, 19 de abril de 2022

Manuel Pinheiro Freitas
Procurador-Geral de Justiça

Teresa Jacqueline Ciriaco Ribeiro
Secretária de Finanças

Dina Quintas Colares Araújo
Coordenadora-Geral de Controle e Auditoria Interna, respondendo



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE 2021
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2021

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Republicado por incorreção

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					Demais Obrigações Financeiras
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b+c+d+e))	(g)	(h) = (f - g)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	83.778.805,89	33.580,07	2.068,63	3.268.672,74	22.654.072,31	57.820.412,14	13.382.805,37	0,00	44.437.606,77
RECURSOS ORDINÁRIOS	33.318.314,76	31.963,14	2.068,63	2.153.302,28	22.572.717,18	8.558.263,53	5.283.253,85	0,00	3.275.009,68
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	41.022,13	0,00	0,00	0,00	90,00	40.932,13	0,00	0,00	40.932,13
OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS INDIRETA 27000 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS)	50.419.469,00	1.616,93	0,00	1.115.370,46	81.265,13	49.221.216,48	8.099.551,52	0,00	41.121.664,96
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	224.311,88	0,00	0,00	0,00	167.407,01	56.904,87	0,00	0,00	56.904,87
RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	56.945,54	0,00	0,00	0,00	40,67	56.904,87	0,00	0,00	56.904,87
RECURSOS VINCULADOS A ALIENAÇÃO DE BENS	167.366,34	0,00	0,00	0,00	167.366,34	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	84.003.117,77	33.580,07	2.068,63	3.268.672,74	22.821.479,32	57.877.317,01	13.382.805,37	0,00	44.494.511,64

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, SEFIN/MPCE), Data da emissão (19/04/2022) e hora da emissão (10hs).

NOTAS: (1) Outros Recursos não vinculados correspondem ao Fundo de Reparelhamento e Modernização do Ministério Público - FRMMP e Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDID.

Fortaleza, 19 de abril de 2022

Manuel Pinheiro Freitas
 Procurador-Geral de Justiça

Teresa Jacqueline Ciríaco Ribeiro
 Secretária de Finanças

Dina Quintas Colares Araújo
 Coordenadora-Geral de Controle e Auditoria Interna, respondendo



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE 2021
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2021

Republicado por incorreção

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente líquida	25.061.058.356,04	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	368.041.285,90	1,47%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	501.221.167,12	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	476.160.108,76	1,90%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	451.099.050,41	1,80%
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	13.382.805,37	44.494.511,64

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, SEFIN/MPCE), Data da emissão (19/04/2022) e hora da emissão (10hs).

Fortaleza, 19 de abril de 2022

Manuel Pinheiro Freitas
 Procurador-Geral de Justiça

Teresa Jacqueline Ciríaco Ribeiro
 Secretária de Finanças

Dina Quintas Colares Araújo
 Coordenadora-Geral de Controle e Auditoria Interna, respondendo